

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS,
GÊNERO E DESIGUALDADE SOCIAL
NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Editora Executiva

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Aníta Helena Schlesener – UFPR/UTP

Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional del Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

José Licínio Backes
Ruth Pavan
(organizadores)

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS,
GÊNERO E DESIGUALDADE SOCIAL
NA EDUCAÇÃO BÁSICA

MERCADO[®]
 LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Relações étnico-raciais, gênero e desigualdade social na educação / José Licínio Backes, Ruth Pavan, (organizadores). – Campinas : Mercado de Letras, 2016. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-441-0

1. Desigualdades sociais 2. Política educacional 3. Prática de ensino 4. Professores – Formação 5. Relações étnico-raciais I. Backes, José Licínio. II. Pavan, Ruth. III. Série.

16-06269

CDD-306.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações étnico-raciais : Sociologia educacional 306.43

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

SETEMBRO/2016

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
------------------	---

capítulo 1

DEBATES, DECLARACIONES Y POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FUENTES DE INTERPRETACIÓN DE LA DIVERSIDAD ETNOLINGÜÍSTICA Y CULTURAL.	17
--	----

Héctor Muñoz Cruz

capítulo 2

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DE FORMAS DE ABORDAGEM DA TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA	61
---	----

Iara Tatiana Bonin

capítulo 3

INTERCULTURALIDADE EFETIVA: DE QUE TIPO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ESTAMOS FALANDO? ...	89
--	----

Antônio Dari Ramos e Cássio Knapp

capítulo 4

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DIÁLOGO DE SABERES E EPISTEMOLOGIAS	129
---	-----

*Adir Casaro Nascimento, Antonio Hilário A. Urquiza e
Heitor Queiroz de Medeiros*

capítulo 5

HISTORICAL INEQUALITIES AND CHALLENGES
OF THE BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICY 147

Ahyas Siss

capítulo 6

IDENTIDADES ESTEREOTIPADAS, MITO DA DEMOCRACIA
RACIAL, INVISIBILIDADE DO RACISMO, FORMAÇÃO
DOCENTE, E EDUCAÇÃO BÁSICA: O QUE NOS DIZEM OS
ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS? 161

José Licínio Backes

capítulo 7

ALTERIDADE E DIVERSIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR:
A PROPÓSITO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO
CURRÍCULO DE PEDAGOGIA E DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES 179

Erisvaldo Pereira dos Santos

capítulo 8

AS DIFERENÇAS ÉTNICO-RACIAIS TRABALHADAS
NO CURRÍCULO DA ESCOLA NUMA PERSPECTIVA
INTERCULTURAL CRÍTICA 205

Maria Ivone da Silva e Ruth Pavan

capítulo 9

DESIGUALDADE SOCIAL, DIFERENÇA DE GÊNERO E ESPAÇO
PÚBLICO: COLOCANDO O ARQUÉTIPO DO FEMININO NA
AGENDA DAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO 221

Ozerina Victor de Oliveira

capítulo 10

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO RELACIONADAS A GÊNERO E
SEXUALIDADE: ENLACES COM AS QUESTÕES ESCOLARES . . 237

Bianca Salazar Guizzo

SOBRE OS AUTORES. 255

INTRODUÇÃO

O livro é resultado de pesquisas de docentes e discentes de universidade estrangeira (Universidad Autónoma de Puebla, do México) e de universidades brasileiras (UFRRJ, ULBRA/Canoas, UFMT, UFGD, UFMS, UFOP, UFMS e UCDB). A maior parte dos textos é resultado de pesquisas com financiamento de agências públicas (CNPq, CAPES/INEP/SECADI).

As pesquisas dos autores, com parte dos resultados materializada neste livro, mostram que as desigualdades sociais são produzidas de forma complexa, articuladas com questões de classe, raça/etnia, gênero e outros. Se, por um lado, reconhecemos que a educação básica não é responsável pela produção das desigualdades, tampouco é a única solução para superá-la; reconhecemos que ela não pode deixar de ter como preocupação central o combate às desigualdades, sob pena de contribuir para a sua reprodução.

Os dez capítulos deste livro têm em comum a preocupação de trazer de forma articulada as questões de desigualdade social, raça/etnia e gênero na educação básica. Entretanto, cabe destacar que os textos, considerando a trajetória de cada pesquisador, acabam enfatizando mais uma dimensão que outra, mas isso não significa que os autores não reconheçam que todas as dimensões se articulam entre si e que, portanto, todas precisam ser levadas em conta na educação básica se a defendemos como um espaço de

luta contra desigualdades, racismos, sexismos e demais processos de discriminação. Os quatro primeiros capítulos do livro enfatizam mais as questões indígenas (Cruz, Bonin, Ramos e Knapp, Nascimento, Urquiza e Monteiro); o quinto, sexto, sétimo e oitavo capítulos focalizam mais as relações étnico-raciais na perspectiva dos afro-brasileiros (Siss, Backes, Santos, Silva e Pavan); e os dois últimos capítulos trabalham com as questões de gênero (Oliveira e Guizzo).

No primeiro capítulo, *Debates, declaraciones y políticas públicas como fuentes de interpretación de la diversidad etnolingüística y cultural*, Héctor Muñoz Cruz argumenta que, nos últimos anos, houve uma preocupação maior em diferentes segmentos para encontrar formas de evitar o desaparecimento de línguas e comunidades indígenas, bem como para mostrar os efeitos negativos de uma política educacional que não atenta para as características das sociedades multiculturais e plurais. Há ainda uma preocupação maior na América Latina em construir práticas de cooperação e solidariedade para combater a exclusão de grupos culturais minoritários, defendendo seus direitos políticos, civis e culturais. O autor explora o aumento de instrumentos legais e normas internacionais que procuram garantir a diversidade linguística, educacional e cultural, sobretudo dos povos indígenas, reorganizando a humanidade multicultural. As diferentes propostas, concepções e ênfases mostram a legitimidade da luta desses povos em defesa de suas línguas e culturas. O autor também argumenta que o pluralismo linguístico implica a existência de uma regulamentação do uso das diferentes línguas, cabendo ao Estado a responsabilidade de regular e fiscalizar o exercício das práticas de comunicação social na esfera pública. Não basta apenas tolerar o uso de diferentes línguas no espaço privado, como peculiaridades culturais dos diferentes grupos, nem defender a sua preservação como parte do patrimônio cultural da nação. O reconhecimento do pluralismo requer colocar as diferentes línguas como línguas nacionais para apoiar o reconhecimento da diversidade linguística e cultural com o

exercício dos direitos civis. Com essa perspectiva, o autor defende que o reconhecimento e o fortalecimento da diversidade linguística implicam encontrar maneiras de combater a assimetria linguística entre os grupos minoritários e majoritários de línguas, expandindo o uso de diferentes idiomas no espaço público e desenvolvendo a capacidade dos seres humanos de interagir com diferentes grupos, contextos e domínios.

No segundo capítulo, *Relações étnico-raciais na educação básica: uma análise de formas de abordagem da temática indígena na escola*, Iara Tatiana Bonin destaca o contexto atual, marcado por inúmeras transformações culturais, com um grande número de imagens, filmes, textos, entre outros, que estão construindo determinadas representações e discursos sobre os povos indígenas. A autora traz uma contextualização das discussões sobre os indígenas no Brasil e apresenta uma pesquisa feita com professores de Educação Básica da região metropolitana de Porto Alegre. O capítulo traz a análise das expressões orais e escritas, além dos temas e metodologias que os professores utilizam para abordar a questão indígena. Seguindo os Estudos Culturais, a autora ressalta a importância do significado de representação nesse campo, afastando-se de uma compreensão psicológica ou mentalista de representação. O capítulo traz enfoques com uma longa tradição na forma de ver a temática indígena, enfoques que provocam deslocamentos na forma de ver a temática indígena, bem como estratégias e dificuldades relatadas por docentes para trabalhar com a temática indígena. A autora reafirma a valorização na pluralidade cultural, ressaltando a importância da análise das verdades estabelecidas e das relações de poder nelas presentes.

No terceiro capítulo, *Interculturalidade efetiva: de que tipo de educação escolar indígena estamos falando?*, Antônio Dari Ramos e Cássio Knapp lembram que, nos últimos 20 anos, houve um aumento significativo de escolas indígenas no Brasil. Junto com a defesa das escolas indígenas, vem a defesa de que essa escola deve ser intercultural – mas não basta ser intercultural, é preciso que essa

interculturalidade seja crítica. A escola, num primeiro momento, imposta pela lógica colonial aos indígenas, vive o dilema de ser interculturalmente crítica, o que, na ótica dos autores, significa colocar em xeque muitas das escolas indígenas do contexto atual, bem como reflexões tidas como interculturais, mas que ainda carregam as marcas da colonialidade, portanto, não defendem os interesses dos povos indígenas. Os autores trazem, num primeiro momento, a caracterização da lógica do projeto colonial e como este não considerava os povos indígenas como capazes de pensar e produzir conhecimentos. Seus modos de vida, pensar e atribuir sentido são vistos como inferiores e geralmente associados ao mal. Para romper com essa lógica, a defesa da interculturalidade crítica torna-se um imperativo. Porém, é preciso, segundo os autores, atentar para o uso acrítico do termo *interculturalidade*, que pode servir, inclusive, para propagar o que pretende combater, isto é, o preconceito e a discriminação. A interculturalidade, para ser crítica, segundo a argumentação dos autores, precisa ter uma dimensão ética que articula uma dimensão particular sem abrir mão de uma dimensão universal. Os autores argumentam também que existe uma retórica da interculturalidade que supõe que a solução está em promover atitudes de respeito e valorização da diversidade. Tomando como base a interculturalidade crítica e reconhecendo que muitas escolas indígenas estão distantes dela, os autores analisam a experiência da Licenciatura Indígena Intercultural da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), mostrando que nela a construção de um diálogo entre os saberes indígenas e os saberes *academizados* ainda é um desafio a ser enfrentado cotidianamente e que o processo de descolonização deve ser permanente, pois os modos de ser, pensar e viver da colonialidade continuam presentes, inclusive nos currículos das escolas indígenas e das licenciaturas interculturais indígenas.

No quarto capítulo, *Educação escolar indígena: diálogo de saberes e epistemologias*, Adir Casaro Nascimento, Antonio Hilário Aguilera Urquiza e Heitor Queiroz de Medeiros analisam

suas experiências no processo de pesquisa e acompanhamento da educação escolar indígena no estado de Mato Grosso do Sul desde o final dos anos de 1990, quando começa o movimento indígena para a formação de professores e implantação da educação específica e diferenciada nas aldeias do estado: *Magistério Ára Verá e Licenciatura Teko Arandu* / Guarani e Kaiowá; *Magistério e Licenciatura Povos do Pantanal* / demais etnias do estado. Os autores salientam que reconhecer a existência de conhecimentos locais não significa ter uma visão romântica como se esses conhecimentos fossem *puros* ou desvinculados das histórias que os povos indígenas vivenciaram/vivenciam. Eles apontam o desafio de construir práticas pedagógicas que não segreguem os saberes indígenas e que possam atravessar fronteiras, aumentando seu potencial descolonizador. Para os autores, a Educação Indígena torna-se possível quando há um diálogo de saberes baseado em uma epistemologia que rompe com a epistemologia eurocêntrica, que vê os demais conhecimentos como inferiores, subalternizando os povos indígenas.

No quinto capítulo, *Historical inequalities and challenges of the Brazilian educational policy*, Ahyas Siss pauta-se na confluência do campo das relações étnico-raciais e da educação brasileira, mostrando as relações e intersecções existentes entre desigualdade social e identidade étnico-racial e apostando na educação como forma de mudar essa realidade. Lembra que a sociedade brasileira tem altos níveis de desigualdade – sociais, étnico-raciais, de gênero e geracional – e que tais desigualdades operam como poderosos mecanismos de estratificação social. Mesmo reconhecendo que a educação escolar não é a única solução para eliminar as desigualdades, o autor defende que não podemos ignorar que ela ocupa um lugar proeminente e histórico e que o combate à desigualdade passa por ela. Ainda que o Estado tenha reconhecido tardiamente a existência de desigualdades como resultado da discriminação racial, o reconhecimento da violação de direitos constitucionalmente declarados de afro-brasileiros

foi muito importante. Com esse reconhecimento, o Estado vê-se obrigado a romper com a “cegueira”, ou miopia étnica ou racialmente orientada, produzida em grande parte pelo mito da democracia racial. O autor argumenta que é preciso romper com o ciclo vicioso que combina o racismo, a pobreza, o insucesso escolar e a marginalização social. Segundo ele, é necessário que se rompam as práticas que impedem o desenvolvimento dos direitos humanos, o exercício pleno da cidadania e a possibilidade de participação social, econômica, cultural e política da população negra, na sua maioria ainda inserida de forma subalterna na sociedade brasileira. Portanto, urge desenvolver estratégias e políticas de intervenção nos processos e mecanismos que produzem e reproduzem práticas racistas e discriminatórias, propondo-se bases igualitárias e antirracistas que valorizem a pluralidade, a igualdade e a justiça social.

No sexto capítulo, *Identidades estereotipadas, mito da democracia racial, invisibilidade do racismo, formação docente e educação básica: o que nos dizem os estudos étnico-raciais?*, José Licínio Backes traz a análise da produção científica sobre as relações étnico-raciais veiculada em periódicos A1 de Educação editados no Brasil no período 2010-2014. O autor mostra que a ênfase da produção científica nas relações étnico-raciais tem sido no sentido de mostrar que as identidades raciais foram construídas; que, de modo específico, a identidade racial negra foi construída por meio de estereótipos e estigmas, mas pode ser construída de outra forma; que o mito da democracia racial atrapalha a discussão racial nas escolas; que a formação de professores precisa incluir a dimensão das relações étnico-raciais; que as relações étnico-raciais ainda são discutidas de forma individual e esporádica; que os professores continuam a ter dificuldade para identificar práticas racistas. Com base na análise, o autor chama atenção para a necessidade de, além de continuar abordando os processos de discriminação e racismo presentes nas escolas, desenvolver pesquisas que tenham como finalidade encontrar formas efetivas de combatê-los, sobretudo por

meio de pesquisa-ação, pesquisa participante, etnopesquisa-ação e etnopesquisa-formação. Além disso, o autor chama atenção para a ausência da problematização das identidades brancas no contexto atual, o que pode, segundo ele, contribuir para a sua naturalização como identidades hegemônicas.

No sétimo capítulo, *Alteridade e diversidade no currículo escolar: a propósito das relações étnico-raciais no currículo de Pedagogia e de formação de professores*, Erisvaldo Pereira dos Santos argumenta que os debates atuais, tanto políticos quanto acadêmicos, estão fundamentados em três pilares: valorização da herança cultural afro-brasileira e africana na educação; combate às práticas discriminatórias, intolerantes e racistas na sociedade brasileira; e promoção da igualdade racial mediante políticas de reparação e ações afirmativas. O autor faz uma análise crítica do conceito de diversidade, presente nas políticas atuais, por tratar-se de uma categoria abstrata, totalizante e universalista por meio da qual se pretende dar conta das demandas dos povos afro-brasileiros. Em vez da diversidade, sugere o conceito de alteridade, que possuiria um caráter crítico e político e traia consigo a noção de justiça social e combate às desigualdades, portanto, é um conceito que leva à transformação social. Trata-se de um conceito que incomoda, diferentemente do conceito de diversidade, que, por privilegiar apenas o reconhecimento do outro, acaba tonando-se um conceito tranquilizante que produz uma zona de conforto. Nesse sentido, para o autor, uma formação de professores comprometida com a transformação social e o fim da discriminação e do racismo precisa incorporar a alteridade, não se contentando apenas em reconhecer a diversidade.

No oitavo capítulo, *As diferenças étnico-raciais trabalhadas no currículo da escola numa perspectiva intercultural crítica*, Maria Ivone da Silva e Ruth Pavan analisam uma experiência de educação para as relações étnico-raciais desenvolvida em uma escola pública estadual de Mato Grosso do Sul, com base na pesquisa-ação e na educação intercultural crítica. Argumentam que, por meio de um trabalho efetivo e da problematização das relações étnico-raciais no

espaço escolar, é possível construir uma educação que combata todas as formas de discriminação e racismo. Por meio de uma pesquisa-ação, desenvolveram e analisaram várias práticas desenvolvidas em sala de aula, mais especificamente nas aulas de História, em uma turma do oitavo ano do ensino fundamental. As autoras destacam que a experiência foi muito bem recebida pelos alunos e que eles foram se dando conta dos processos de discriminação e racismo que circulam no cotidiano, incluindo o espaço da sala de aula. A pesquisa mostra também que, ao colocarem em cena atividades específicas com a finalidade de combater o racismo e a discriminação, a escola e o currículo da escola, historicamente um instrumento de homogeneização, apagamento e silenciamento das diferenças, podem ser espaços instigantes de subversão das práticas racistas e discriminatórias se inspirados na interculturalidade crítica.

No nono capítulo, *Desigualdade social, diferença de gênero e espaço público: colocando o arquétipo do feminino na agenda das políticas de currículo*, Ozerina Victor de Oliveira discute a existência das desigualdades de gênero, apesar de vários órgãos oficiais, tanto nacionais quanto internacionais, estarem se preocupando com essas questões. A autora apresenta a defasagem na ocupação de cargos públicos eletivos na região centro-oeste em relação a homens e mulheres, apesar da eleição de uma mulher para a presidência da república. A análise das desigualdades de gênero é feita com base na construção cultural de uma suposta “natureza feminina”, seja com viés religioso, científico ou cultural, seja como uma combinação destes. Para mostrar o viés religioso, a autora traz discursos da tradição judaico-cristã, citando versos bíblicos que ressaltam o lugar subalterno e submisso da mulher, o que lhe restringe sobremaneira a potencialidade como dimensão presente na nossa cultura. A autora também traz elementos da cultura que subvertem o lugar pacífico da mulher e que podem contribuir para outras significações. Lembra que o arquétipo da mulher está restrito ao ambiente doméstico, portanto, os espaços públicos são vistos como espaços dos homens. A autora chama atenção para o fato de que a discussão do feminino não é algo que deva ser restrito à mulher, mas deve contar com

a participação de todos os gêneros, etnias, gerações, entre outros. Por fim, a autora traz a importância do currículo escolar como lugar no processo de produção de outros processos de significações sobre a mulher, pois a produção de outras significações não ocorre simplesmente por decretos e/ou de pesquisas.

No décimo capítulo, *Políticas e Legislação relacionadas a gênero e sexualidade: enlaces com as questões escolares*, Bianca Salazar Guizzo problematiza as políticas que tratam das diferenças, mais especificamente das diferenças em função das relações de gênero, problematizando os documentos oficiais. A autora traz as discussões sobre as diferenças em âmbito nacional, salientando as perspectivas teóricas privilegiadas: *Estudos de Gênero* e os *Estudos Culturais de viés pós-estruturalista*. Assim, a diferença não é da natureza dos seres humanos, mas implica construções culturais, e o que é normal e desejável é uma produção da cultura. A autora traz também as discussões de gênero no ambiente escolar, ressaltando que a escola trata essas relações centradas nas diferenças anatômicas, o que contribui para a reprodução e legitimação das desigualdades de gênero. Ela destaca que a presença das discussões de diferença e relações de gênero nos documentos oficiais relacionados com a educação escolar não é suficiente; é importante o trabalho da escola e especificamente dos/das professores/as em relação à intervenção, problematizando as atitudes preconceituosas e discriminatórias que ocorrem entre alunos e alunas no espaço escolar, pois isso pode contribuir para diminuir preconceitos e discriminações na escola e, conseqüentemente, na sociedade.

Esperamos que a leitura dos capítulos contribua para a construção de uma educação básica comprometida com a valorização de todas as culturas, com a justiça social, racial e de gênero, assim colaborando para a construção de uma sociedade na qual as desigualdades sejam superadas e as diferenças não mais estejam articuladas a elas, nem a processos de inferiorização e subalternização.

*José Licínio Backes
Ruth Pavan*